

Informação sobre tratamento de dados pessoais

1. Que dados são recolhidos e tratados

Serão recolhidos, pela Equipa Radar Social, os dados pessoais de identificação e de contacto do titular, os quais serão inseridos na aplicação Radar Social, criada especificamente para o efeito. Esta aplicação fará a interconexão com o Sistema de Informação da Segurança Social, para a obtenção dos dados de identificação, consulta da tipologia de rendimentos do titular, verificação da existência de acompanhamento social prévio e identificação de técnico gestor do processo familiar, quando aplicável.

O tratamento de dados é necessário para a prossecução dos objetivos definidos no âmbito da equipa do Radar Social, sendo realizado em conformidade com as respetivas obrigações jurídicas previstas na lei e em cumprimento do estabelecido no RGPD e nas normas internas relativas ao tratamento de dados pessoais.

2. Finalidades da recolha dos dados

Os dados pessoais recolhidos são tratados apenas para a finalidade de intervenção junto das pessoas em situação de vulnerabilidade social para permitir à Equipa Radar Social o encaminhamento para a intervenção/apoio social ajustado à situação.

3. Responsável pelo tratamento dos dados pessoais

As equipas Radar Social dos Municípios são responsáveis pela recolha dos dados pessoais junto dos titulares.

O Instituto da Segurança Social, I.P., é o responsável pelo tratamento de dados para efeito de gestão, monitorização, acompanhamento e prestação de contas à Comissão Europeia, das medidas do Projeto Radar Social, e pelo tratamento de dados necessário às atividades de avaliação, auditoria e controlo.

4. Tratamento e armazenamento dos dados pessoais

Os dados pessoais serão alvo de recolha, registo, consulta, análise e conservação, sendo armazenados na aplicação Radar Social.

Tendo em conta o objetivo da Equipa Radar Social de sinalização e encaminhamento para a intervenção, fico informado que será necessária a devida articulação com outras Entidades públicas e privadas, para as finalidades estritamente necessárias.

5. Direitos do titular dos dados pessoais

Nos termos do estabelecido no RGPD, é assegurado ao titular dos dados o direito de acesso, direito de retificação e direito de oposição ao tratamento. Podendo, este, a qualquer momento:

- Aceder e consultar pessoalmente a informação que lhe diz respeito, ou através de representante legal.
- Solicitar ao responsável pelo tratamento a correção ou atualização dos dados pessoais e a respetiva retificação.
- Solicitar o apagamento dos seus dados pessoais, salvo quando a sua conservação seja exigida por legislação.
- Retirar o consentimento relativamente ao tratamento efetuado dos seus dados pessoais.

Mais se informa que os dados pessoais alvo de tratamento no âmbito da Equipa do Radar Social, não poderão ser imediatamente eliminados em caso de retirada de consentimento por parte dos titulares, uma vez que os mesmos estão sujeitos a regras específicas de arquivo.

6. Procedimento para o exercício dos direitos

Para exercer os seus direitos, o titular dos dados deverá dirigir a sua pretensão ao Encarregado de Proteção de dados do Município de Góis através do email rgpd@cm-gois.pt ou por carta para Câmara Municipal de Góis, Praça República nº5, 3330 – 312 Góis.

Caso assim o entenda, poderá, ainda, apresentar reclamação junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD), através do website www.cnpd.pt

7. Conservação dos seus dados pessoais

Os dados serão conservados pelo período de tempo necessário ao cumprimento das finalidades previstas no nº 2. Da presente declaração, até ao limite de 10 anos, após o término da Equipa Radar Social.



Para mais informações sobre o tratamento de dados pessoais no âmbito do PRR consulte https://recuperarportugal.gov.pt/wp-content/uploads/2023/07/EMRP-Politica-de-Protecao-de-Dados_publicacao-20230717.pdf